

# VITIMIZAÇÃO POLICIAL: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

## POLITICAL VITIMIZATION: CAUSES AND CONSEQUENCES

SOUSA, Mayk da Silva Moura<sup>1</sup>  
COSTA, Leon Denis da<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de discutir a incidência da vitimização policial no Brasil e em Goiás, identificando suas causas e efeitos, bem como descrever o que tem sido feito no Estado de Goiás para reverter essa situação. O estudo é uma revisão teórica do assunto. Verificou-se que, devido à natureza do trabalho policial, que expõe seus agentes ao contato com criminosos constantemente, os riscos são muitos e por vezes iminentes, causando problemas de todas as ordens, psicológica, consumo de substâncias psicotrópicas, divórcio, agressividade, morte, mutilação, dentre outros, levando a população a um descrédito em suas instituições de segurança diante do quadro de mortes de policiais pelo país e de situações onde o policial por estar diante de vários problemas acaba agindo de forma contrária ao que a sua profissão preceitua, por estar drogado, alterado psicologicamente, estressado, etc. Deste modo, foram criados no estado de Goiás o Hospital do Policial Militar (HPM) que ampara não apenas o policial militar como também os seus familiares, e o Programa de Atenção Integral à Saúde do Policial Militar (PAISPM), com a finalidade de prevenir e tratar o policial militar dependente químico. Contudo, ainda há um longo caminho a ser trilhado a fim que esses heróis de farda possam ter seus direitos garantidos efetivamente, para que possam viver com dignidade e serem tratados com respeito.

Palavras-chave: Vitimização. Saúde. Qualidade de Vida. Hospital do Policial Militar.

### ABSTRACT

This study aims to analyze the incidence of police victimization in Brazil and Goiás, identifying its causes and effects, as well as describing what has been done in the State of Goiás to reverse this situation. To do so, we opted for the bibliographic review, through the research in books, magazines, websites, articles, monographs and blogs, and the collection of data in reliable sites, with those of the Order of Military Police of Brazil (OPB). Due to the nature of the police work, which exposes its agents to contact with criminals constantly, the risks are many and sometimes imminent, causing problems of all orders, psychological, consumption of psychotropic substances, divorce, aggression, death, mutilation, among others, leading the population to a discredit in their institutions of security in the face of the death of police officers in the country and situations where the police officer because he is

---

<sup>1</sup>Aluno do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás – CAPM. E-mail: maykmoura2010@gmail.com, Goiânia – Go, maio de 2018.

<sup>2</sup>Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Professor Orientador do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás – CAPM. E-mail: leondenis1978@gmail.com

facing various problems ends up acting in a way contrary to what his profession prescribes, being drugged, altered psychologically, stressed, etc. In this way, the Military Police Hospital (HPM) was created in the state of Goiás, which covers not only the military police but also their families, and the Military Police's Comprehensive Health Care Program (PAISPM), in order to prevent and treating the chemical dependent military police officer. However, there is still a long way to go so that these uniformed heroes can have their rights effectively guaranteed so they can live with dignity and be treated with respect.

Keywords: Police Victimization. Death of Military Police Officers. Military Police Hospital.

## **1 INTRODUÇÃO**

O tema ora abordado, vitimização policial, é de extrema importância, ao levar-se em consideração a função do policial. Um dos lemas da atuação policial é servir e proteger, contudo, o alto índice de vitimização de policiais tem levantado questionamentos, isto é, os agentes de segurança que devem proteger a sociedade têm visto a sua integridade física, a própria vida sendo transgredida no dia-a-dia.

É indiscutível que a função do policial é uma função de risco, bem como de grande responsabilidade, haja visto que é a única instituição autorizada a fazer o uso da força e cabe ao agente identificar durante sua atuação o nível de força que deverá ser utilizado, inclusive se fará uso ou não da força letal. Faz-se necessário dizer ainda, que o trabalho do policial requer que o mesmo atue quase sempre, senão sempre, em situações que expõe sua vida ou sua integridade física a riscos, quer seja no trânsito, em operações de prevenção ou repressão ao crime, no contato ao auxiliar indivíduos portadores de alguma moléstia, dentre outros. Uma vez que na maioria das ocorrências a Polícia Militar (PM) é um dos primeiros órgãos a chegar, mesmo naqueles que requerem a atuação de outros órgãos, como no caso de um incêndio que requer o trabalho dos bombeiros ou de um poste de energia que caiu que requer a atenção do órgão responsável, a presença da polícia é indispensável, colocando esses heróis fardados frente aos perigos inerentes a sua função, mesmo quando os mesmos estão ali apenas para garantir que outras instituições possam fazer seu trabalho.

Portanto, este trabalho visa elucidar o alto índice de vitimização policial ao longo dos anos, bem como identificar os fatores que tem contribuído para o

desencadeamento desses desastrosos acontecimentos, bem como levantar soluções hipotéticas para o problema da vitimização policial.

Deste modo, procurar-se-á em um primeiro momento, deixar evidente o significado do termo vitimização policial. Em um segundo momento, será feito um levantamento dos principais problemas vivenciados por policiais, em decorrência, direta ou indireta, da sua função. Por fim, será levantada a incidência de vitimização de policiais nos estados brasileiros, com ênfase no estado de Goiás.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

De acordo com Minayo (2013), vitimização tem origem da palavra vítima, que é aquela que sofre ou sofreu algum tipo de dano, notadamente no âmbito policial gera vários agravos tais como psíquicos, físicos e mortes relacionadas a profissão desempenhada.

Na Pesquisa De Vitimização E Percepção De Risco Entre Profissionais De Segurança Pública, ao realizar levantamentos pode-se observar que os profissionais têm a preocupação de se tornarem alvos acessíveis de criminosos. Como formas de proteção, diversos policiais fazem a restrição de vínculos sociais, não fazem o uso de fardamento no trajeto do trabalho e resguardam a própria profissão escondendo-a, muitos relatam que familiares já sofreram ameaças devido a sua profissão (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017).

Como assegura o Fórum Brasileiro De Segurança Pública (2017, p.06-07), pode-se dizer que a guerra urbana no Brasil é cada vez maior. No ano de 2016, foram registrados 61.283 mil homicídios no território brasileiro, o maior número já catalogado. Dentre esses números temos a vitimização de 453 policiais, sendo que a maior parte foi alvejada em horário de folga. Consta também que a maioria eram negros (56%), sexo masculino (98,2%), faixa etária entre 40 e 49 anos (32,7%), o horário com maior número de ocorrências foi o período noturno. Houve um crescimento de 23,1% em relação ao ano de 2015, demonstrando um aumento bem expressivo. Fica claro que o risco vivido é constante e a cada ano os números crescem, demonstrando a vulnerabilidade vivenciada no dia-a-dia do policial.

Conforme Minayo (2013), há dificuldades e escassez de informações sobre os riscos no trabalho, condições de vidas dos policiais civis e militares. O trabalho realizado tem como objetivo evidenciar os riscos e a segurança do policial.

Para os policiais, o risco de sua profissão não é opcional, mas algo que faz parte da sua essência.

A instituição mais vulnerável é a Militar devido a seu trabalho ser externo e ostensivo. De acordo com a Ordem dos Policiais do Brasil (2017) aproximadamente 67% dos agentes de segurança que são mortos no país são policiais militares, seguido por policiais civis 13%, agentes penitenciários 8% e guardas municipais 7%, entre os bombeiros militares essa taxa cai para 2%, enquanto que entre os policiais federais e rodoviários federais a taxa é de 1%.

Ainda de acordo com a Ordem dos Policiais do Brasil (2017) o Estado que mais têm vítimas policiais é o Estado do Rio de Janeiro 29,5%, seguido por São Paulo 10,1% e Ceará 8,5%. O Estado de Goiás aparece em décimo terceiro lugar, com 2,2% das mortes policiais no país.

Nas estruturas hierárquicas os agentes mais expostos a riscos são os soldados e cabos devido a suas praças. A adrenalina vivenciada acaba se tornando uma ferramenta de trabalho, pois a tensão é minimizada. A pouca experiência no campo de trabalho, deficiência auditiva e trabalhos particulares que são executados fora da corporação devido aos baixos salários (os chamados bicos), aumentam ainda mais a vulnerabilidade. A segurança é imprescindível, porém, ainda é falha. Ao atender uma ocorrência, o policial não pode ter atos impulsivos e deve realizar de forma coerente suas ações e decisões para garantir sua segurança e a segurança de inocentes que estão sob sua guarda, com a finalidade de não ocasionar mortes e/ou lesões irreversíveis.

De acordo com França e Duarte (2017), no Brasil há uma luta onde o bem é representado pelo policial e o mal pelos transgressores da Lei. No regime militar as taxas de violência eram inferiores, sem referência a transição para o período democrático, ficando evidente a expansão da violência. No período da ditadura o uso da força física era indiscriminado pela força policial e nos dias atuais isso mudou, mas infelizmente ainda há muita violência por parte de meliantes. Nesse período os policiais tinham um amparo estável garantido pelo Estado em direitos, devido às leis atuais e com a criação dos Direitos Humanos os criminosos passaram a ter uma proteção maior que os protetores da ordem.

Para se implantar direitos aos policiais foi realizada a implementação da diretriz 19, no intuito de desenvolver programas com acompanhamento e tratamento profissional especializado, para agentes que foram expostos a fatalidades

estressantes. Verifica-se que geralmente o trabalho não permite o afastamento para tais acompanhamentos e tratamento relativos a estes traumas.

A segurança dos policiais é indispensável, e para que esse objetivo seja alcançado os mesmos devem dispor de equipamento de proteção individual (EPI) de boa qualidade, fazer o uso de forma correta destes ter um treinamento eficiente para garantir um trabalho com ótima performance. No dia-a-dia do policial não há discrepância entre trabalho e folga, a todo momento estão alertas aos riscos e possíveis ocorrências. No ano de 1995 para combater o crime de forma árdua a Polícia Militar foi pressionada pela política de segurança pública a aumentar a capacidade operacional, entretanto, a falta de planejamento fez com que os policiais ficassem notórios a vitimização. Nesse mesmo ano o policial pode fazer uso da segunda arma e se obteve os reconhecimentos de bravura e heroísmo.

## 2.1 PRINCIPAIS PROBLEMAS QUE VITIMIZAM OS POLICIAIS

Há duas formas de vitimização: a criminal, que é sofrida ao se realizar uma diligência e a não-criminal que ocorre em eventos isolados, problemas pessoais.

Dentre os problemas pessoais vividos por agentes de segurança, o trabalho de Minayo (2013, p. 589) é esclarecedor. De acordo com a autora:

Comparado com outro grupo que não sofreu sequelas pós-traumáticas, os autores encontraram entre os policiais, cinco vezes mais divorciados (21.6% vs. 4.3%), elevada proporção de pessoas com sérios agravos à saúde (64.3% vs. 6%), que haviam consultado várias vezes o médico no espaço de 12 meses e tinham ideiação suicida (35.7% vs. 5.2%) (MINAYO, 2013, p. 589.).

Isso pode ser justificado diante dos fatos vivenciados, experiências pelos policiais ao longo de suas carreiras, que vão se somando ao longo dos anos e em decorrência vão refletindo nas relações familiares, interpessoais, social, conjugal, senão tratados devidamente (MINAYO, 2013). Como consequência, o agente acaba buscando refúgio no consumo de drogas, bebidas alcoólicas, jogos de aposta, ao passo que desenvolve estresse, depressão, comportamento agressivo, tanto no exercício de sua função, como em casa com seus familiares, vizinhos e amigos, no trânsito, se tornando um risco para si e para a sociedade. Em muitos casos, levando ao suicídio.

De acordo com o artigo “Por que os policiais se matam” no site da BBC Brasil em 2016, dentre 224 policiais militares entrevistados no Rio de Janeiro, em pesquisa feita pela GEP e SP no ano de 2015, 10% deles já haviam tentado suicídio, enquanto que 22% afirmaram ter pensado em suicídio em algum momento. Enquanto que os demais 68% disseram nunca terem pensado ou tentado tirar a própria vida.

Dentre os fatores que levam muitos policiais a tirarem a própria vida ou tentarem o suicídio, estão os problemas como falta de reconhecimento profissional, maus tratos e quadros depressivos, bem como a transferência para a família de relações violentas comuns no quartel (BBC – Brasil, 2016). De acordo com a matéria o número de suicídios de policias durante a folga é maior que os ocorridos durante o trabalho, nos casos pesquisados os suicídios durante a folga superaram em dezoito vezes as mortes auto infligidas durante o serviço.

Nos casos de confrontos, o instrumento mais utilizado para ferir os policiais foi a arma de fogo, em vias públicas foi onde se teve mais ocorrências, quando lesionados os colegas são os primeiros a prestar socorros, lamentavelmente, em muitos casos não sobrevivem (AMORIM, 1998). Isto pode ser explicado se analisarmos a natureza do trabalho policial, onde o agente de segurança pública de folga, deve estar alerta o tempo todo, levando-os a agir, às vezes, em situações que não lhes são favoráveis, resultando muitas vezes em sua morte. Vale ressaltar ainda que, a maioria dos policiais assassinados, foram mortos em horário de folga.

De acordo com Grandin (2017) em matéria publicada no site do G1 (100 PMs assassinados: média é a maior em mais de 10 anos no RJ), 80% dos policiais vitimados nos últimos 22 anos estavam de folga. A matéria enfatiza ainda, que a culpa para tal fenômeno, seria em virtude dos bicos realizados pelos policiais, o colapso do estado e a política de confronto causadora do grande número de mortos.

Bianchi (2018) aponta que o ano de 2017 deixou a marca de 134 PMs mortos no Rio de Janeiro entre janeiro e dezembro, e que o ano de 2016 teria registrado um caso a mais. O autor afirma com pesar que o ano de 2018 não dá sinais de que a situação será diferente e que possivelmente será semelhante aos anos anteriores, isto é, registrando um alto índice de vitimização policial. No estado do Rio de Janeiro observa-se que a vitimização está pautada em, no mínimo, dois fatores: 1) no dia 13 de fevereiro o jornal Correio Brasiliense já registrava a 16ª morte de PMs no ano de 2018, isto é, a cada 48 horas morreu um policial militar no

Rio de Janeiro, repetindo o que vem acontecendo ao longo dos anos; 2) a sociedade tem deixado de acreditar na segurança pública, bem como no sistema judiciário, político e econômico brasileiro, diante da realidade vivenciada há décadas e que tem se agravado com o passar dos anos, como pode ser percebido na reportagem citada no parágrafo anterior, cujo tema é: “Após 2017 com 134 assassinados, PM é baleado no Rio: por que essa é a 1ª de muitas mortes”. Como se pode notar, há uma descrença nos cidadãos, não se acredita mais que essa realidade possa mudar e infelizmente chega-se ao absurdo de se viver esperando a morte de mais pessoas, inclusive daqueles que fizeram um juramento de proteger a sociedade, se preciso, com a própria vida.

A partir dos parágrafos anteriores, fica evidente o alto índice de mortalidade entre policiais militares, ou seja, um policial morto a cada 48 horas. Se levado em consideração os policiais que são feridos perceber-se-á que os índices serão ainda mais alarmantes. Minayo et al (2007), chega a destacar que as licenças para tratamento de saúde e incapacidade física parcial que requerem afastamento das atividades por agravos que retiraram policiais militares das ações operacionais ostensivas aumentaram drasticamente. Segundo as autoras, “o número médio de oficiais com licenças para tratamento de saúde cresceu 95,5% no período, enquanto que o de praças mais que duplicou (108,3%)” (MINAYO et al, 2007).

Vale frisar que o fato de se ter mais praças sendo afastados do trabalho para fazerem tratamento de saúde é compreensível, uma vez que são estes que estão na linha de frente nos confrontos (MINAYO et al, 2007).

### 2.3 EFEITOS DA VITIMIZAÇÃO POLICIAL

Como se pode notar ao longo deste trabalho, a vitimização policial tem aumentado ao longo dos anos, sobretudo aquela imposta através do confronto armado com criminosos. Neste sentido, Hermes (2018) em seu artigo ‘A violência que não se quer ver’, ao falar sobre o aumento da violência no Rio Grande do Norte, observa que um dos efeitos mais fáceis de se observar é a sensação de insegurança, pois segundo o autor o público recebe o eco midiático e busca atitudes do executivo, que na fala de Hermes, emparedado pela sua própria incapacidade, dá respostas imediatistas e cujo resultado amplia a insegurança vivida pelo cidadão.

Ainda de acordo com Hermes (2018, s.p.), um exemplo de resposta imediatista do executivo é “a imposição de cargas de trabalho excessiva aos agentes de segurança pública, que por sua vez se sentem responsáveis quando veem seus esforços não surtindo o efeito que gostariam”.

Como já dito neste trabalho, a falta de resultados, o sentimento de culpa, entre outros fatores, traz grandes problemas de ordens psicossociais para o agente de segurança pública, que por sua vez, pode se desencadear na vitimização policial.

No entanto, é indispensável que se reflita, parafraseando Hermes (2018) na outra face dessa violência, aquela que atinge os agentes de segurança pública, que cada vez mais sobrecarregados e com a criminalidade em maior vantagem, tanto numérica quanto em armamentos, começam a sofrer como vítimas costumeiras de crimes em geral.

Vale ressaltar que:

A Polícia Militar, por ser a aquela que atende às demandas criminais com mais frequência, está sempre a um passo de ser confrontada pela criminalidade, tendo baixas em suas fileiras e tendo que causar mortes em confrontos por estar, quase sempre e rotineiramente, em notória desvantagem numérica, de armamento, de capacitação continuada, de desgaste físico e mental, e de acompanhamento médico-psicológico (HERMES, 2018, s.p.).

Hermes (2018) aponta os efeitos dessa violência praticada contra os agentes de segurança pública, o que ele chama de efeito ricochete. Isto é,

e por um lado aumenta o número de policiais vítimas da violência homicida, em outras faces, aumenta o empoderamento dos criminosos que se tornam mais audazes, atacam bases de polícia, delegacias e outros prédios sob a tutela protetiva direta ou indireta do estado. Temos inúmeros casos nesse viés. As bases comunitárias da Polícia Militar em Mossoró, Delegacias de Polícia em Natal, Região Metropolitana e restante do Estado, mais bases de polícia em Nova Descoberta, Natal, viaturas, além de crimes (até de homicídios) acontecerem nas proximidades de instalações de polícia por todo o estado (HERMES, 2018, s.p.).

O autor enfatiza ainda que a ausência de ações efetivas do poder executivo na segurança pública torna as forças policiais cada vez mais deprimidas, inexpressivas, independentemente de quão numerosas sejam as ações policiais. Com isso, a profissão policial, que já é muito perigosa por natureza, imerge num diapasão que a torna mais perigosa ainda. Como Hermes evidencia, o efeito ricochete faz com que o policial fique propenso até mesmo a crimes de roubo, cujo objetivo do criminoso é se apoderar de armas, coletes antibalísticos e outros

equipamentos que um policial pode carregar no trânsito de ida e vinda de seu trabalho (HERMES, 2018).

Contudo, Hermes não atribui a vitimização policial apenas a violência imposta pelos criminosos aos policiais, mas também ao próprio Estado. Nas palavras do autor, as escalas exaustivas impostas aos policiais tornam-nos mais suscetíveis e exaustos, aumentando ainda mais as possibilidades de letalidade.

Silva (2012) aponta outra consequência da vitimização policial, segundo o autor a vitimização direta e vicária, e a percepção de que a violência tem aumentado reduzem a confiança na polícia. De acordo com ele, os cidadãos que mais confiam na polícia são aqueles com mais anos de vida, menor renda, baixo índice educacional e maior percepção de desordem na vizinhança.

Quem aponta outro problema encontrado na vitimização policial é Fernandes (2016). Observa ele:

Tal fenômeno ganha dimensão, não obstante seu aspecto numérico, na medida em que se refere à proteção daqueles que devem proteger. A convivência com a morte de colegas repercute nas práticas dos policiais, imersas em um ambiente de medo e insegurança. E isso, vale dizer, é especialmente preocupante quando se fala de pessoas que, na ponta da linha, decidem como e quando aplicar a força que o Estado outorga (FERNANDES, 2016, p. 193).

Isto é, o alto índice de policiais vitimados deixa os demais policiais, sobretudo aqueles que perderam companheiros de farda em algum confronto, imbuídos de insegurança e medo, tornando-os não apenas susceptíveis a vitimização, haja visto que seu sistema psicológico estará alterado, mas também um indivíduo perigoso, propenso a agir violentamente, empregando a força em circunstâncias que não seria necessário.

De acordo com o autor,

Segundo os dados obtidos nesta pesquisa, a taxa de mortes de policiais militares em São Paulo foi de 50,00% por 100 mil PMs, em 2013, e de 38,67% em 2014. Para efeito de comparação, o Brasil registrou 25,40% homicídios por 100 mil habitantes, em 2013, e 26,30% por 100 mil hab., em 2014; o Estado de São Paulo, 10,90% e 10,30%, respectivamente, para os mesmos anos (FERNANDES, 2016, p. 194).

Fernandes (2016) diz ainda que cerca de 73% dos agentes de segurança pública do Brasil tiveram algum colega próximo morto em serviço e 77,5% disseram que algum colega próximo foi vítima de homicídio fora do serviço. Se levado em consideração os problemas psicossociais advindos da perda de um amigo em

decorrência do trabalho, de forma bárbara e cruel, se porventura não houver o tratamento adequado, não é difícil pensar nas consequências para a sociedade. Neste sentido, é indispensável que se leve a sério as palavras de Hermes (2018):

Para reduzir os números da letalidade policial, da vitimização dos agentes de segurança pública, para recriar um sentimento de confiança e credibilidade nas instituições de segurança, não adianta fazer propaganda, é preciso investir e reconhecer o policial como detentor de direitos, e dar a eles o suporte para que cumpram seus deveres (HERMES, 2018, s.p).

Urge, portanto, que o Estado faça uma reforma em suas leis, de modo a garantir a segurança do policial, bem como garantir que este possa executar seu trabalho de forma efetiva. Isto é, o infrator da lei não deixa de ser um ser humano, portanto, não se pode ferir a sua dignidade humana, contudo, os direitos do infrator não podem ser em detrimento do policial. Deve haver um limite, a fim de que a sociedade, o cidadão honesto e trabalhador, e aqui se inclui o policial, não sejam prejudicados em nome de direitos que ofendem e prejudicam aqueles que respeitam e seguem as leis.

Cabe ao Estado, portanto, fazer uma reforma em todos os âmbitos: social, econômico, político, judiciário, enfim, afim de promover igualdade, justiça, trabalho, dignidade a povo, salários dignos, qualidade de vida, educação e saúde de qualidade, dar condições aos agentes de segurança para que possam trabalhar de forma eficiente, com equipamentos novos e de qualidade, tecnologia de ponta, investir no aperfeiçoamento constante desses profissionais, investir nas crianças e adolescentes, para que não adentrem no mundo do crime.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este trabalho evidencia os riscos encontrados pelos policiais no seu âmbito de trabalho. A partir da observação das dificuldades enfrentadas por esses profissionais, pode se observar as principais patologias desenvolvidas ao longo de suas carreiras.

Os resultados encontrados no presente estudo sugerem que a vitimização policial deve ser considerada como um fator de segurança e proteção para os agentes de segurança e para a sociedade.

Conclui-se, portanto, que o termo vitimização contempla a amplitude do conceito, pois abrange os vários agravos sofridos pelo policial no exercício de sua profissão ou em decorrência dela.

A função do policial envolve riscos e muita responsabilidade perante a vida dos outros, gerando uma sobrecarga emocional e altos níveis de estresse frente às diversas situações vivenciadas no cotidiano. Os altos índices de violência presentes em todos os âmbitos de nossa sociedade, o excesso de horas trabalhadas, baixos salários, a presença de transtornos emocionais, entre outros fatores têm contribuído para os altos índices de vitimização dos agentes de segurança.

Ficou evidenciado nos estudos que os crescentes índices de violência das grandes cidades é um dos principais agravantes de fatores psíquicos, físicos e de mortes relacionadas à vitimização.

Nas pesquisas observadas durante o estudo, comprova-se que os policiais militares, devido à natureza do seu trabalho externo e ostensivo, de contato direto com marginais e a população em geral, estão sempre expostos aos riscos de serem vitimados, o que o leva a um constante estado de alerta, que por sua vez pode ser responsável pelo surgimento de problemas sociais e/ou psíquicos, conduzir ao consumo de bebidas alcoólicas, tabaco, drogas, afastamento da família, dentre outros problemas, já expostos neste trabalho.

Verificou-se como pontual o direito assegurado dos militares a programas de acompanhamento e tratamento profissional especializado, buscando maior proteção. Neste sentido foi criado no estado de Goiás o Hospital do Policial Militar (HPM), em dezembro de 1994,

Ocupando parte de uma área cedida pelo Governo do Estado de Goiás, medindo 17,5 mil metros quadrados, e onde se espalham várias unidades do Complexo de Saúde da Polícia Militar de Goiás, tendo no hospital sua principal referência. Há 23 anos, portanto, o HPM se destaca no atendimento médico do efetivo da Polícia Militar do Estado de Goiás (HPM, 2013, sp.).

Vale ressaltar ainda que o a construção do hospital foi possível graças ao Fundo de Assistência Social (FAS), instituído pela Lei nº 11.866/92, descontado na folha de pagamento dos policiais militares do estado e gerido, desde 2003, pela Fundação Tiradentes. Vale lembrar que o atendimento no HPM é voltado a todos os beneficiários: policiais ativos e inativos, pensionistas e seus dependentes – um público estimado pela Fundação em aproximadamente 70 mil pessoas (HPM, 2013).

Outro problema da vitimização, apontado no texto é o suicídio entre policiais militares, é importante mencionar que o HPM disponibiliza, também, de um corpo de psicólogos, capacitados para atuarem junto a esses agentes de segurança que necessitem de apoio.

Minayo (2013) deixou evidente que muitos policiais militares recorrem as drogas como porta de escape para os obstáculos que lhes são apresentados, por isso foi criado em Goiás o Programa de Atenção Integral à Saúde do Policial Militar (PAISPM), com a finalidade de prevenir e tratar o policial militar dependente químico.

A criação do PAISPM foi um grande avanço para a Polícia Militar de Goiás, no que diz respeito ao cuidado com a saúde do policial militar. No entanto, devido às dificuldades existentes para o tratamento do militar dependente químico, concluiu-se ser necessária a criação de um centro de tratamento e reabilitação do militar dependente químico, dentro da estrutura organizacional da PMGO, bem como nos casos mais graves, sua internação compulsória (SILVA; CARVALHO, 2012, p. 07).

Silva e Carvalho (2012)

Revelam ainda que, embora tenha sido um grande avanço, a dependência química, no âmbito da Corporação, é um assunto que ainda merece atenção especial, pois alguns obstáculos impedem a procura pelo policial militar ao tratamento, como o preconceito por parte de outros policiais militares; o receio de internação hospitalar em clínicas, locais onde poderá encontrar desafetos da atividade policial militar, bem como sofrer exposição em virtude de estar em um ambiente, onde civis também estão internados, podendo se sentir constrangido ou até mesmo sofrer algum tipo de humilhação e a própria negação existente por parte do dependente em se submeter ao tratamento (SILVA; CARVALHO, 2012, p. 12).

Como se pode notar, há um problema estrutural por parte do governo, contudo, há ainda aqueles fatores intrínsecos a pessoa do policial militar, que por diversos motivos, como os citados acima, reluta em procurar ajuda. Contudo, é inegável que ainda haja uma longa jornada a se percorre afim de se garantir qualidade de vida, segurança, dignidade, melhores condições de trabalho, aqueles que cuidam da segurança da sociedade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como se pode notar no decorrer deste trabalho, vários são os fatores responsáveis pela vitimização do policial, e os policiais militares são os mais vitimados dado a natureza do seu trabalho ser ostensiva, isto é, uniformizada, com viatura e equipamentos caracterizados, o que pode tornar esses agentes um alvo para criminosos.

Além disso, vale ressaltar que os criminosos que são presos por esses agentes, frequentemente não ficam muito tempo presos, em alguns casos, menos de uma semana e, uma vez que, os policiais militares têm áreas de trabalho definidas, terão que lidar com esses infratores da lei mais e mais vezes. Isso expõe o policial militar a riscos, haja visto que esses criminosos podem ficar ressentidos e procurarem vingança contra o agente, que por sua vez deverá redobrar seu estado de alerta, uma vez que terá que patrulhar em sua função, para manter a ordem social e ao mesmo tempo vigiar para manter sua integridade física diante de possíveis agressões de alguns criminosos que já tenha sido detido por ele.

Em decorrência disso o policial militar adquire uma série de problemas, senão souber lidar com esta realidade de forma sabia e inteligente. Como herança precoce, tais agentes podem desenvolver o estresse, acabar com seu convívio social, afetando sua família e conseqüentemente levando-o ao divórcio, tornar-se agressivo, o que reflete na sociedade e, também, em sua família, desenvolver o alcoolismo, consumo de drogas, viciar-se em jogos, enfim, entrar em um processo de decadência física, moral, social, econômica e familiar, que pode ser irreversível se não houver ajuda de familiares, amigos e profissionais especializados.

Neste sentido, a criação do Hospital do Policial Militar (HPM) e do Programa de Atenção Integral à Saúde do Policial Militar são grandes conquistas para o policial militar do estado de Goiás, contudo é necessário dizer que ainda há muito o que se fazer para garantir segurança e qualidade de vida do policial militar do estado de Goiás. A começar por um programa de conscientização desses agentes de segurança para que procurem auxílio quando estiverem nessa situação, a fim de não deixarem o quadro se agravar e tornar-se irreversível.

Para além das medidas que devem ser tomadas pela própria corporação e pelo próprio indivíduo deve-se enfatizar aqui que o estado tem responsabilidade no índice de vitimização policial e que, portanto, deve criar meios e condições de trabalho que venham dar mais efetividade ao trabalho do policial, garantindo segurança aos seus agentes. Bem como, urge que o estado crie um programa de valorização do policial militar, com salários dignos, aperfeiçoamento de técnicas,

equipamentos tecnológicos, equipamentos de segurança individual (EPIs), leis que protejam o policial e lhe garantam a liberdade para trabalhar, desde que dentro da legalidade, haja visto que atualmente o policial militar que se envolve em uma ocorrência com morte tem que pagar advogado com seu próprio salário

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Edigar et al. **Mapeamento da Vitimização de Policiais no Rio de Janeiro**. Ministério da Justiça: UNESCO, 1998.

BIANCHI, Paula. **Após 2017 com 134, PM é Baleado no Rio**: por que essa é a primeira de muitas mortes. 03 de janeiro de 2018. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/01/03/rj-termina-2017-com-134-pms-mortos-por-que-esse-numero-nao-deve-cair-em-2018.htm#comentarios>> Acesso em 28 de fevereiro de 2018.

CORREIO BRASILIENSE, BRASIL. **Sobe para 16 Número de Policiais Militares Mortos no Rio de Janeiro**. Matéria do dia 13 de fevereiro de 2018. Disponível em <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/02/13/interna-brasil,659657/sobe-para-16-numero-de-policiais-militares-mortos-no-rio-de-janeiro.shtml>> Acesso em 28 de fevereiro de 2018.

ESCOSSIA, Fernanda da. **Por que os Policiais se Matam**: pesquisa traz números e relatos de suicídios de PMs. Rio de Janeiro: BBC Brasil, 26 de março de 2016. Disponível em [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160322\\_policiais\\_suicidios\\_fe\\_if](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160322_policiais_suicidios_fe_if)> Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

FERNANDES, Alan. **Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014)**. São Paulo: Revista Brasileira de Segurança Pública. v. 10, n. 2, 192-219, ago/set de 2016.

FRANÇA, Fábio Gomes de; DUARTE, Anderson. **Soldados não choram?** Reflexões sobre direitos humanos e vitimização policial militar. São Paulo: Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília, 2017.

GRANDIN, Felipe; COELHO, Henrique; BRUNO, Cassio. **100 PMs Assassinados**: média é a maior em mais de 10 anos no RJ. Disponível em <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/100-pms-assassinados-media-e-a-maior-em-mais-de-10-anos-no-rj.ghtml>> acesso em 28 de fevereiro de 2018.

HERMES, Ivenio. **Quem se Importa com Nossos Agentes de Segurança?** a violência que não se quer ver. Disponível em <http://blogln.ning.com/profiles/blogs/o-efeito-riochete>> Acesso Fevereiro de 2018.

HPM. **Complexo de Saúde:** Hospital do Policial Militar (HPM). Disponível em <<http://hpm.org.br/o-hpm/complexo-hospital-do-policial-militar-hpm.html#>> Acesso em maio de 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ADORNO, Sérgio. **Risco e (in) segurança na missão policial.** Revista Ciência & Saúde Coletiva, 18(3):585-593, pp.585-593, 2013.

\_\_\_\_\_. **Parte III – Condições de Saúde e Risco Profissional:** 13 – Serviços de atenção a saúde. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2007.

ORDEM DOS POLICIAIS DO BRASIL. **Mortômetro:** Policiais Mortos em Serviço ou em Decorrência da Profissão. Disponível em <<http://opb.net.br/mortometro.php>> acesso em maio de 2018.

SILVA, Geélison F. **Confiança Individual na Instituição Policial:** uma análise sobre o estado de Minas Gerais em 2009. Minas Gerais: UFMG, 2012.

SILVA, Valteir de Souza; CARVALHO, Leandro Ferreira. **Tratamento do Policial Militar Dependente Químico na PMGO:** uma necessidade premente. Goiânia: Polícia Militar - Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (APMGO), 2012.